



Santander Pensões
Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

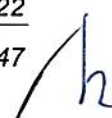
Relatório e Contas 2022
Fundo de Pensões Banco Santander Totta

A handwritten mark in blue ink, consisting of a diagonal line and a stylized letter 'b' or similar character.

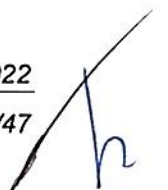
RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

CONTEÚDO	PÁGINA
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	4
II - DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.....	21
III - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.....	23
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.....	25
V - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	27
1 – Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Coletivas e Entidade(s) Gestora(s).....	28
2 – Alterações ocorridas ao plano.....	29
3 – Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras	30
4 – Regime Fiscal	32
5 – Inventário de Investimentos	34
6 – Imóveis.....	37
7 – Riscos associados à carteira de investimentos	38
8 – Estado e outros entes públicos.....	40
9 – Outras entidades.....	41
10 – Acréscimos e Diferimentos	42
11 – Ganhos líquidos dos investimentos e Rendimentos líquidos dos investimentos	43
12 – Contribuições.....	44
13 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos.....	44

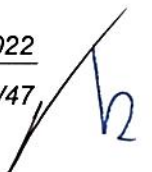
Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022



14 – Outras despesas.....	45
15 – Factos relevantes.....	45
VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	47



I - RELATÓRIO DE GESTÃO



Relatório do Fundo Pensões do Banco Santander Totta

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

O ano de 2022 iniciou-se com a inflação continuada e persistente como principal tema das economias americana e europeia. Consequentemente, as políticas económicas acomodativas de taxas de juro negativas e estímulos que tinham vigorado durante a pandemia da Covid-19 davam sinais de estar prestes a terminar.

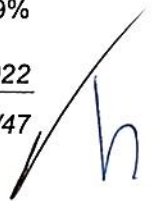
A Reserva Federal Norte-Americana (FED) esteve na vanguarda desta viragem, muito devido aos discursos do seu presidente, Jerome Powell, que não descartava subidas a cada reunião até ao final do ano. Esta retórica levou os mercados a prepararem-se para subidas de taxa de juro consecutivas, descontando já taxas de juro terminais maiores do que o previsto no decorrer do ano anterior.

Como efeito, a perspetiva de uma política monetária mais apertada levou a uma queda generalizada dos ativos de risco no primeiro trimestre, com as ações globais a terem o seu pior desempenho desde a primeira vaga da pandemia de covid-19. Pela primeira vez desde 1994, os ativos de crédito também acompanharam a tendência de queda, juntamente com os típicos ativos mais seguros como a dívida governamental e os metais preciosos.

O primeiro trimestre do ano foi também profundamente marcado pela passagem das ameaças de Putin aos atos, com a Rússia a invadir a Ucrânia na chamada "operação militar especial" no dia 24 de fevereiro. Este evento teve um impacto tremendo nos mercados globais e em todas as classes de ativos. A onda de sanções à Rússia, um dos principais fornecedores de matérias-primas, como o gás e o petróleo, e a diminuição do fornecimento de trigo pela Ucrânia, causaram pressões inflacionárias a nível global. Este período viu o petróleo Brent a subir acima dos 100\$ por barril, pela primeira vez desde 2014, o gás natural a subir mais de 15% e o trigo mais de 20% durante o mês de fevereiro.

Consequentemente, estes eventos tornaram o trabalho dos bancos centrais bastante difícil dado que, por um lado, não poderiam agir diretamente sobre um choque na oferta a este nível e, por outro, a consequência da sua inação resultaria num cenário de estagflação com o risco de uma inflação persistente a longo prazo. Este risco depressa se começou a tornar em um cenário de elevada probabilidade após o lançamento dos dados da inflação norte-americana, que atingiram um valor recorde de mais de 7,5% em fevereiro.

Na Europa, os discursos dos membros do Banco Central Europeu (BCE) também indicavam uma potencial subida agressiva das taxas de juro de referência, algo que já não se verificava há 11 anos. Esta perspetiva, adicionada à agitação geopolítica, impactou os ativos de risco pela negativa com os declínios no mercado acionista norte-americano a atingirem os 8% anuais e no europeu os 6,9%



anuais. Este trimestre produziu também a inversão da curva dos títulos de dívida pública norte-americana dos 2 e 10 anos, um claro sinal de que uma recessão estaria próxima.

Os temas do início do segundo trimestre do ano replicaram em larga medida os do primeiro. A inflação começava a atingir valores recorde tanto na Zona Euro como nos Estados Unidos, cifrando-se nos 7,5% e 8,5% respetivamente. O desconto que os mercados davam em termos da taxa de juro terminal da FED para o final do ano subia pelo nono mês consecutivo em Abril. Por outro lado, a guerra na Ucrânia continuava a pôr pressão no preço da energia com o fecho do fluxo de gás russo para a Europa do Leste.

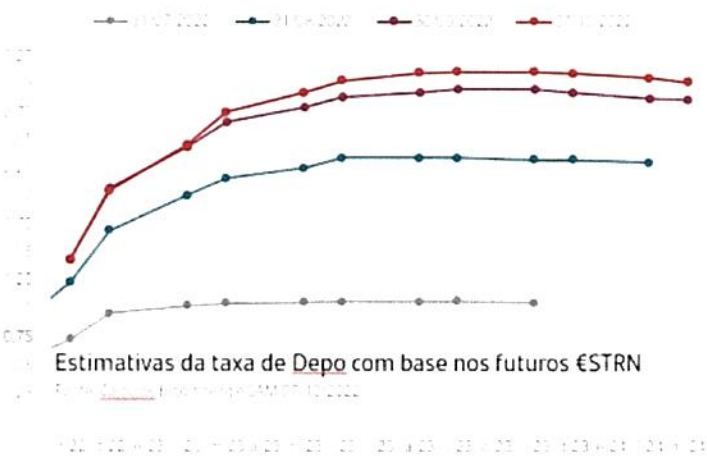
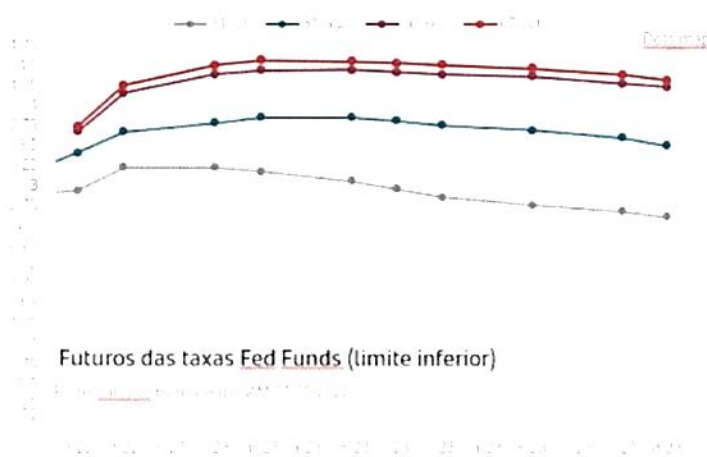
O mês seguinte continuou com as más notícias que apontavam para uma economia norte-americana mais frágil e a continuação da política de covid-zero na china. A conseguinte publicação dos dados do índice de preços de consumidor na zona euro no fim de Maio, onde foram atingidos valores acima dos 8% - a subida mais rápida da inflação desde a existência da moeda única europeia – causou, mais uma vez, quedas abruptas nos ativos risco e nos ativos de obrigações, devido ao crescente medo de que os aumentos das taxas de juro para combater a inflação iriam enviar as economias desenvolvidas para uma recessão. Inclusive, o S&P500 começou a entrar em níveis de *bear market*.

Em meados do ano, com os esforços da união europeia e Turquia, foram alcançados acordos entre a Rússia e a Ucrânia para a distribuição do trigo ucraniano através de um corredor no mar negro, o que aligeirou a pressão no preço de várias matérias-primas tais como o petróleo, ferro, cobre e trigo. É aqui que surge, pela primeira vez, a ideia do pivot, a viragem para políticas económicas mais suaves, onde os investidores acreditavam que, o abrandamento do crescimento económico e a possibilidade de se ter atingido o pico da inflação, iria fazer com que os Bancos Centrais fossem menos agressivos nos seus próximos aumentos de taxa. Devido a esta premissa, os mercados começavam a descontar, tanto uma redução nas expectativas de inflação, como uma taxa terminal menor no final do ano. Inclusive, os mercados começaram até a prever uma descida nas taxas de juro até ao final de 2022. Esta ideia levou a uma recuperação nos ativos de dívida empresarial e pública e um salto nas ações, com os índices do NASDAQ, S&P500 e Stoxx 600 a registarem subidas acima dos 8% em Julho.

Do lado Europeu, a maior preocupação continuava a ser os abastecimentos de gás e as possíveis consequências das manobras geopolíticas em torno das supostas reparações do pipeline Nord Stream 1. Apesar do gás ter começado a fluir durante duas semanas após a primeira paragem, atuava apenas a 20% de capacidade. Com isto em mente, os estados da união europeia alcançaram acordos para a redução de emergência nos consumos de gás para o inverno, o que fez disparar os futuros deste recurso natural acima dos 28% em Julho após uma subida de 50% no mês anterior. Neste período, também foi encetado o convite formal da NATO para a Suécia e a Finlândia, com fronteiras com a Rússia a juntarem-se à aliança atlântica. Durante este período, o BCE também encetou o primeiro aumento de taxas de juro em 11 anos, subindo em 0,50%, levando a taxa diretora a 0% e a taxa de refinanciamento a 0,5%. Conjuntamente, anunciou aos mercados que iria reavaliar

os aumentos com base em cada reunião, e uma nova ferramenta de apoio, o Instrumento de Proteção de Transmissão (IPT) que permitiria ao BCE intervir para impedir um aumento desproporcionado das taxas de juro de alguns países, o que traria algum alívio aos mercados periféricos.

A primeira metade de agosto parecia confirmar as ideias dos investidores em relação ao pivot com os dados de inflação norte-americanos a estar abaixo do estimado pelos mercados, indicando que o pico da inflação já havia passado. Adicionalmente, o número de empregos que excederam, pela primeira vez, os máximos pré-pandemia também trouxeram esperanças redobradas, causando de novo uma forte recuperação nos mercados acionistas e dívida pública e empresarial.



Não obstante, esta recuperação cedo se tornou numa correção expressiva após o seminário da Reserva Federal dos Estados Unidos em Jackson Hole. Neste evento, Jerome Powell apresentou uma visão bastante mais agressiva sobre a luta contra a inflação, indicando que seria provável que as políticas restritivas se mantivessem durante muito mais tempo. O presidente da reserva federal chegou mesmo a indicar, mais tarde, que o desemprego seria menos doloroso para a economia do que uma inflação elevada persistente.

Na Europa, um recorde nos números da inflação situada nos 9,1%, conjuntamente com o discurso mais restritivo do Banco Central Europeu, levava os mercados a descontar

uma subida de 75 pontos base na reunião de setembro, com aumentos consecutivos nas três últimas reuniões do ano, levando o índice de dívida IBOXX a registar as maiores perdas desde a sua origem. As preocupações amontoavam-se com os preços da energia, com aumentos de cerca de 59% na Alemanha, o que representava um preço de €576 Megawatt-hora. A mudança nas perspetivas significou um aumento nas *Yields* de dívida pública europeia em valores há muito tempo não vistos, pondo ainda mais pressão neste tipo de ativos.

O 3º trimestre foi palco da demissão de Boris Johnson e a consequente eleição pelo partido conservador de Elizabeth Truss como nova primeira-ministra do Reino Unido, que apresentou um mini-orçamento assente em cortes de impostos suportados em dívida. Este evento deu lugar a uma turbulência nos mercados, causando a queda da Libra para mínimos históricos vs o dólar americano e um declínio nos títulos de dívida britânica de 8,8%, acumulando perdas anuais acima dos 26%.

Em termos das reuniões dos bancos centrais, setembro viu o BCE aumentar as taxas de juro em 0,75% para uma taxa diretora de 1,25%. Neste momento, os mercados esperavam já uma taxa terminal de 3%, a mais elevada nos últimos 10 anos. Este facto fez-se sentir tanto nas ações, onde o STOXX 600 perdeu mais de 6% em setembro, como nas obrigações - tanto privadas como de governos - que diminuíram cerca de 4%. Por seu lado a FED continuou a sua política de remoção de estímulos com a terceira subida consecutiva da taxa de juros em 0,75%, fixando a taxa efetiva em 3,25%. Os mercados, por sua vez, reajustaram as expectativas de taxa terminal para os 4,6% até ao final de 2023. A preocupação dos investidores com a continuação das políticas de remoção de estímulos nos Estados Unidos, causou elevados níveis de volatilidade, com o S&P500 a cair mais de 5%, acompanhados de um aumento das *yields* a 10 anos acima dos 4% pela primeira vez desde 2010. O dólar continuou a valorizar, causando pressão também nos mercados emergentes.

A inflação continuou a não mostrar sinais de abrandamento durante este período com as estimativas da zona euro do final do trimestre a atingirem um valor acima dos 10%, devido ao choque energético. A pressão dos custos da energia levou os governos a adotar políticas orçamentais. Em setembro, várias explosões nos gasodutos do Nord Stream 1 e 2, que mais tarde se viriam a provar terem sido uma sabotagem propositada, aumentavam as tensões entre a Rússia, União Europeia e a NATO. Com uma subida trimestral de 30,6% no gás, a Alemanha anunciou um apoio de €200 mil milhões para limitar o preço máximo deste recurso natural.

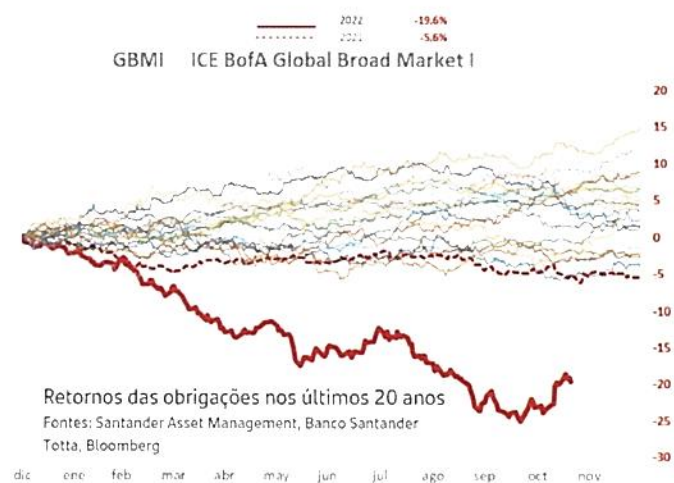
O último trimestre foi bastante volátil e repleto de desenvolvimentos macroeconómicos. No mês de outubro, o declínio de preços de gás natural na Europa devido ao tempo mais quente do que o habitual no continente, facto que resultaria numa menor procura por aquecimento e consequente manutenção das reservas, fez com que os mercados voltassem a acreditar que o pivot dos vários bancos centrais. No Reino Unido, a tempestade nos mercados causada pelo mini-orçamento de Liz Truss dava sinais de estar ultrapassada com a sua demissão e a eleição interna de Rishi Sunak como novo primeiro-ministro. O consequente anúncio de que as medidas previamente anunciadas iriam ser revertidas, aliado a redução do tempo dos apoios energéticos de dois anos para seis meses, levou a uma recuperação no preço da dívida pública britânica. Outro desenvolvimento político de relevo foi as eleições intercalares nos Estados Unidos, que de certo modo surpreenderam com os democratas a ganharem o Senado por 1 lugar e os republicanos a obterem a maioria da Câmara dos Representantes, mas com uma diferença bastante reduzida, o que poderia levar a empates técnicos nas reformas mais estruturais que, por sua vez, poderiam levar a impactos económicos, tal como o teto da dívida.



Outro fator que levou à esperança do pivot foi o aumento de apenas 25 pontos base da taxa diretora pelo Banco Central Australiano ao invés dos 50 esperados. Esta especulação em torno de uma viragem das políticas monetárias levou à melhor performance do S&P500 desde Abril e à queda das *yields* das obrigações pela primeira vez desde a primeira metade de agosto.

Contudo, tal como nos meses anteriores, as esperanças de uma viragem nas políticas económicas foram abafadas pelos discursos dos membros da Reserva Federal Norte-americana e, mais tarde, pelos dados da inflação acima do esperado nos Estados Unidos, onde chegou aos 8,2%. Nesta altura, ficou cimentada a expectativa de mais uma subida de 75bps na taxa de juro norte-americana durante a reunião de Novembro, levando o mercado de futuros a descontar uma taxa terminal de 5% pela primeira vez no ano.

Não obstante, mais tarde durante outubro surge uma nova esperança nos mercados após um artigo no Wall Street Journal indiciar estar a ser discutido o modo e os meios para aprovar uma subida menor em dezembro, apesar do aumento de novembro de 0,75% nas taxas de juro dos Estados Unidos estar praticamente garantido. Estas esperanças foram também ecoadas do outro lado do atlântico pelos comentários de tom mais suave na conferência de imprensa do Banco Central Europeu.



No final do mês os resultados aquém do esperado das empresas tecnológicas dos Estados Unidos (Amazon, Alphabet e Meta) causaram quedas pronunciadas nestes ativos e nos índices agregados. Outro fator negativo resultou da publicação da criação de 239.000 novos empregos nos Estados Unidos, bastante acima dos 161.000 esperados pelos mercados, causando nova subida das *yields* nos últimos dois dias do mês. A este tom negativo juntou-se a divulgação flash dos dados de inflação na zona euro que atingiram um estonteante valor de 10,7%, fazendo com a pivot trade perdesse força.

O mês seguinte foi o mais positivo para os mercados em 2022 devido a vários dados que mostravam finalmente que o pico da inflação já teria passado. Os dados relativos ao mês de outubro nos Estados Unidos, conhecidos a 10 de novembro, mostravam uma inflação nos 7,7%, abaixo dos 7,9% esperados pelos investidores. Na Zona Euro, os números também surpreenderam pela positiva com 10,6% abaixo dos 10,7% esperado pelos economistas. Estes acontecimentos levaram os mercados a acreditar cada vez mais numa redução do ritmo de subidas de taxa de juro. Devido a esta onda de positivismo, os índices acionistas americanos e europeus tiveram subidas apenas vistas antes de Abril de 2020. Entre outubro e novembro, os ganhos acumulados do S&P500 chegaram aos 14% e

do Stoxx 600 aos 13,9%. Os mercados de dívida pública repercutiram este positivismo, tendo as *yields* a 2 anos das obrigações americanas a maior queda desde 2008, e os preços das obrigações a 10 anos subido 1,2%. Na Europa, a maior performance foi alcançada pelas *gilts* depois da estabilização das políticas orçamentais britânicas situando-se nos 4,7%, seguida de 2,6% na zona euro. Nos mercados de obrigações empresariais *Investment Grade* houve subidas de 2,9% nas empresas europeias e 3,6% nas norte-americanas. As obrigações *High Yield* também viram subidas de 5,3% nos Estados Unidos e Europa.

No final do mês, o discurso do presidente da Reserva Federal Norte-americana, Jerome Powell, deu claros sinais de que haveria um abrandamento dos aumentos das taxas de juro devido aos dados mais recentes. Estes sinais tiveram um eco nos dados flash da inflação na Zona Euro onde se havia atingido os 10%, abaixo dos 10,7% esperados pelos mercados, contribuindo para o tom positivo.

Do lado dos mercados emergentes, os comentários pelas autoridades chinesas acerca do aumento das taxas de vacinação na população idosa e a diminuição do período de quarentena deram esperanças aos investidores sobre a possibilidade do relaxamento da política de Covid-zero o que levou o Shanghai Composite subir 8,9% e o Hang Seng disparar mais de 26,8%.

O mês de dezembro começou novamente com tom positivo devido aos ganhos dos meses anteriores. Esperava-se que a o efeito sazonal do natal conseguisse reduzir as perdas anuais durante o ano. Os investidores focaram-se nestes números e conduziram as *yields* da dívida pública americana a um declínio na primeira metade do mês, efeito que contagiou os títulos de dívidas de outros governos.

Reforçando esta ideia, o discurso do presidente da FED perante a Câmara de Representantes foi muito mais brando que o habitual e do que era esperado. Contudo, Jerome Powell não deixou de reforçar que, apesar do abrandamento, era provável que os aumentos durassem mais tempo e a taxa terminal fosse mais alta que o inicialmente previsto. Isto devido aos fortes números de emprego do país (263.000) e ao aumento da remuneração por hora, demonstrativos de uma economia resiliente que poderia impedir uma luta à inflação persistente.

	2021	2022e
PIB EUA	5,90%	1,90%
Inflação EUA	4,70%	8,10%
PIB Zona Euro	5,30%	3,30%
Inflação Zona Euro	2,60%	8,50%
PIB Portugal	5,40%	6,40%
PIB Espanha	5,50%	4,60%
PIB China	8,10%	3,20%

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.

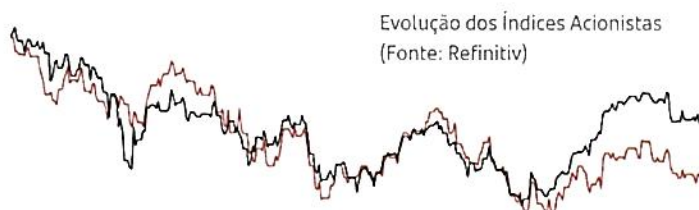
No final do mês, a redução dos preços do petróleo e a estabilização do preço da habitação e bens alimentares nos Estados Unidos reforçaram ainda mais a tese de que já se tinha atingido o pico da inflação, sinal de que a política monetária dos bancos centrais iria finalmente abrandar. No entanto, tal como foi comum ao longo do ano, a maioria dos investidores apenas se concentrou nas partes positivas dos discursos anteriores e dos dados económicos, escolhendo não se focar nos números que apontavam para um mercado de trabalho robusto e dos avisos de que a taxa terminal seria

maior e os aumentos mais prolongados que anteriormente antecipado. Nas últimas reuniões do ano, os bancos centrais norte-americano e europeu, cumpriram as expectativas ao aumentar a taxa diretora em 0,5%, elevando a taxa federal americana entre os 4,25% e 4,50% e as taxas europeias a 2,5% e dos depósitos a 2%. Não obstante, os discursos dos presidentes em ambos os lados do atlântico apresentaram uma conotação muito mais restritiva do que antecipado pelos mercados depois de uma descida menos pronunciada das taxas de juro. Do lado americano, o foco manteve-se no forte mercado de emprego. Pela primeira vez, os membros da reserva federal apresentaram-se muito mais unidos na previsão da taxa final de 5%, com alguns membros a apresentarem uma taxa já acima desse valor.

Do lado Europeu, a presidente do Banco Central, Christine Lagarde, foi ainda mais longe na negatividade do seu discurso do que o seu homólogo americano, indicando não só o aumento das previsões de inflação para 2023, mas também das taxas de juro terminais acima das expectativas nos 3,5%. Indicou também que se iria dar início ao programa de *quantitative tightening*, primeiro com paragem de compra de dívida pública, depois com a redução da quantidade de dívida pública no balanço do Banco Central. Estas más notícias fizeram os economistas reforçar os medos de que estas políticas iriam causar uma recessão e que os bancos centrais não conseguissem fazer o chamado *soft landing*, ou seja a redução da inflação para os níveis alvo de 2% apenas com fraco ou nenhum crescimento económico ao invés de uma recessão. Estes receios levaram os mercados americano e europeu a perder alguns dos ganhos dos meses anteriores, com o S&P500 com perdas na ordem dos 4%, reação que foi acompanhada de forma menos pronunciada nos mercados de dívida pública e privada dos Estados Unidos. Na europa, a dívida pública perdeu cerca de 4% e o Stoxx 600 teve percas acima dos 3%.

No final do ano, para concluir a ronda de mensagens negativas, o Banco do Japão anunciou inesperadamente a mudança da sua política de controlo da curva das *yields*, com os 10 anos a poderem subir 0,5% tendo sido limitados a 0,25% anteriormente. Esta notícia causou uma onda de vendas massificadas dos ativos de obrigações americanas e europeias por parte do banco central do japão para compra de ativos japoneses, o que levou as *yields* alemãs a 10 anos a subirem 0,101%.

Em suma, o ano de 2022 acabou por ser um período onde vários eventos macroeconómicos e geopolíticos juntaram-se para criar a tempestade perfeita.



A guerra na Ucrânia e a consequente onda de sanções à Rússia, expôs a dependência do gás e do petróleo deste país por parte da Europa, o que fez disparar os preços das matérias-primas, dando lugar à



inflação galopante em vários países. A isto aliou-se a abertura das economias e apoios governamentais no pós-covid, o que aumentou a procura em níveis que as cadeias de fornecimento não estavam preparadas para suprir. Finalmente, juntaram-se as consequentes ações de aumentos de taxas de juro a um ritmo extremamente rápido por parte dos bancos centrais para combater a inflação, que se arriscam a criar uma recessão global no próximo ano.

Em conjunto, estes eventos provocaram o pior ano para ações desde a crise financeira de 2008 com os principais índices americanos como o S&P500 e o Nasdaq a perderem 18,1% e 32,5% respetivamente. Do lado europeu, o Stoxx600 conseguiu amparar melhor as perdas melhor acabando em 9,9%. Contudo, o ano acabou por ser um desastre para o mercado dos chamados ativos de menos risco como dívida pública e privada. As perdas nos principais índices de dívida privada e pública chegaram a um valor médio de 20%. A queda conjunta de ações e obrigações apenas havia acontecido três vezes na história dos mercados: em 1974, 1984 e 1994. Não obstante, nunca o mercado obrigacionista global havia tido quedas tão pronunciadas num único ano. A ação dos Bancos Centrais, após ter originado o pior ano de performance obrigações de sempre com a normalização de política monetária, continuará a concentrar o foco dos investidores no início de 2023.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa, de certa forma, isolada do choque energético devido à utilização extensiva de energias renováveis e localização periférica, conseguiu crescer 6,8% em 2022. O sucesso das políticas de vacinação e a abertura do país permitiram um aumento do turismo e do consumo a níveis pré-pandémicos. Contudo, apesar do estímulo do primeiro trimestre, o crescimento do país abrandou nos três trimestres seguintes. Este abrandamento derivou em grande parte dos choques geopolíticos e financeiros que assolaram o resto do mundo, originados pela invasão da Ucrânia, o aumento da inflação e das taxas de juro. Apesar disso, o fulgor do mercado de trabalho, com os empregos a crescerem 2,3%, os apoios governamentais, e a poupança durante o período de quarentena na pandemia, permitiram atenuar os efeitos negativos dos mesmos, com o consumo a aumentar mesmo 5,9% face ao ano anterior.

O país também sofreu das pressões inflacionistas que se abateram sobre o resto do mundo, com a inflação a chegar aos 8,1% durante o ano. Estes aumentos levaram o governo de António Costa a tentar mitigar estes efeitos, traduzindo-se no cheque de 125€ atribuído a toda a população em

outubro. Este contexto inflacionista refletiu-se num investimento situado apenas nos 1,3%, uma redução face ao período homólogo anterior.

Devido à abertura das fronteiras e o crescimento exponencial do turismo no período pós-pandemia, as exportações cresceram 17,7%, levando a balança corrente e de capital a demonstrar um défice de 0,6% do PIB português. O principal índice acionista português, o psi-20, foi um dos grandes vencedores de 2022, subindo cerca de 2,5% durante o ano, muito por culpa do peso das energéticas portuguesas, que conseguiram resultados bastante robustos durante o ano.

No final do ano, a estabilidade governamental esperada pela maioria absoluta do governo do Partido Socialista começou a ser posta em causa pelos vários casos mediáticos envolvendo membros do corpo governativo que resultaram nas demissões do ministro das infraestruturas, Pedro Nuno Santos, e da secretária de estado do tesouro, Alexandra Reis, terminando com a moção de censura proposta pela Iniciativa Liberal. Apesar de não se esperar uma queda do governo, este desenvolvimento pode pôr em causa as metas orçamentais, podendo inclusive ter um impacto negativo no crescimento económico previsto pelo Banco de Portugal, que se situa nos 1,5%.

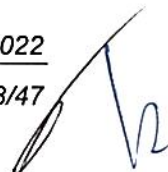
As preocupações principais do país vão, tal como no resto do mundo, centrar-se na gestão das políticas monetárias restritivas por parte do banco central europeu e na mitigação de uma possível recessão, esperada para o resto da europa e dos Estados Unidos.

Política de Investimento

A carteira de valores do Fundo será constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez e dela farão parte um conjunto diversificado de aplicações, designadamente, ações, obrigações diversas, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial como integrantes do Fundo.

A política de investimento do Fundo será orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou a obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados.

As aplicações do Fundo serão realizadas com maior incidência na classe de obrigações. Esta classe abrange os títulos de dívida pública ou privada, de taxa fixa ou de taxa variável, obrigações indexadas à inflação, títulos de participação e outros instrumentos representativos de dívida, bem como as unidades de participação em organismos de investimento coletivo que detém, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações. Tendo a Sociedade Gestora como objetivo selecionar os emitentes de acordo com certos padrões de risco.



Assim:

- O investimento em obrigações de emitentes de mercados emergentes, não deverá ser superior a 5% do valor do fundo e será preferencialmente denominado em Euros;
- O investimento em obrigações diversas deverá seguir a prudência adequada ao perfil do fundo. No caso de emitentes internacionais serão privilegiados os com notação de risco mínima de BBB- (investment grade) e, no caso de emitentes nacionais, serão privilegiadas, designadamente, empresas cotadas, grandes empresas ou empresas participadas pelo Estado.
- As emissões internacionais com rating inferior a BBB-, não deverão exceder 15% do valor global do Fundo.
- Para notas estruturadas emitidas sem rating será considerado o rating do subjacente. No caso de notas colateralizadas será considerado o rating mínimo entre o colateral e o ativo subjacente. No caso de um cabaz de subjacentes será considerado o rating médio ponderado.

A classe de ações engloba o investimento entre ações, organismos de investimento coletivo que detém, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em ações, obrigações convertíveis ou que conferem o direito à subscrição de ações, futuros, nomeadamente sobre ações ou índices de ações, warrants autónomos e opções.

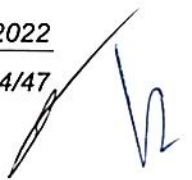
O investimento nos referidos contratos de futuros e de opções, em termos de exposição ao risco, tomando por base o valor nominal dos contratos no caso do primeiro, e pelo delta, no caso dos segundos, não poderá ser superior à prevista se o investimento fosse efetuado diretamente nos mercados acionistas.

A Liquidez contempla o numerário, os depósitos bancários e outros ativos de natureza monetária, e os instrumentos representativos de dívida de curto prazo, nomeadamente os bilhetes do Tesouro, certificados de depósito e papel comercial.

O Imobiliário compreende as aplicações em terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários e de empréstimos aos participantes do Fundo, ações de sociedades imobiliárias e unidades de participação em fundos de investimento imobiliário. O investimento em cativos imobiliários diretos não poderá representar mais de 10% do património do fundo.

Os terrenos e edifícios detidos pelo Fundo não podem ser de exploração industrial nem ter uma vocação de tal forma específica que torne difícil a sua venda pelo fundo.

O fundo poderá investir em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário, incluindo fundos geridos por sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade gestora.



No final do período em análise, o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta, S.A., tal como definido na sua política de investimento e com o objetivo de apresentar uma carteira conservadora, apresentava uma carteira diversificada, composta por Obrigações de Taxa Indexada e de Taxa Fixa (cerca de 60,98% do total dos ativos do Fundo), Imobiliário (indicativamente, cerca de 11,08% do Fundo), e por uma componente de maior risco (classe acionista com exposição ao mercado europeu e norte-americano) que representava, indicativamente, 16,89% da carteira, sendo o restante composto por disponibilidades e outros ativos.

Benchmark

De acordo com a política de investimento, serão definidos, para cada classe de ativos, os seguintes benchmarks e limites de investimento:

Classe de ativos	Benchmark Central (%)	Intervalos Permitidos (%)
Liquidez	5	0-15
Imobiliário	15	0-25
Investimento direto em imobiliário		0-10
Obrigações	65	40-95
Commodities	0	0-5
Ações	15	0-20
Alternativos	0	0-10

Evolução dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

Risco de Rendimento:

- O Fundo não apresenta garantia de rendibilidade;
- O fundo está sujeito ao risco associado aos ativos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.

Risco de Crédito

- Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.

Risco de Taxa de Juro:

- Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do

reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida das taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.

Risco Financeiro

- Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos ativos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.

Risco Liquidez

- Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os ativos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.

Risco Fiscal

- Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos ativos do fundo.

Risco de conflitos de interesse

- O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

Gestão dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da atividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspetiva global como dentro de cada área de atividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e Performances, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

Risco de Liquidez – É analisada a posição dos ativos dos fundos distribuídos por classe de ativos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os ativos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.

Performance & Benchmarking – É analisada a rentabilidade do Fundo e respetiva comparação com a concorrência.

Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas corretivas, assim como a concentração do património por tipo de ativos.

Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados nos fundos mobiliários vigiando por que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da modified duration do fundo.

Risco Operacional - Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.

Risco Regulamentar – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

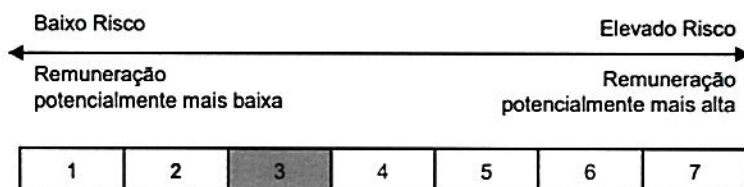
Performance

Nos últimos 10 anos a rentabilidade e o risco do Fundo foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2013	5,59%	3,99%	3
2014	3,54%	4,87%	3
2015	4,34%	5,18%	4
2016	2,17%	4,33%	3
2017	5,31%	1,62%	2
2018	-0,98%	3,20%	3
2019	7,18%	1,99%	2
2020	1,92%	6,75%	4
2021	5,13%	3,72%	3
2022	-8,40%	4,20%	3

Fonte: SAM SGOIC

As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- O fundo passou a suportar comissões de manutenção de saldos de conta desde o mês de agosto de 2020.

Evolução dos ativos sob gestão

O valor total da carteira do Fundo, à data de 31 de dezembro de 2022, era de 1 008 553 141€.

Valor da quota-parte do Fundo afeta

O valor total da carteira do Fundo é afeto ao Banco Santander Totta, S.A.

Valor atual das responsabilidades passadas

O valor atual das responsabilidades passadas obtidas pelo cenário de financiamento era de 926 814 585 €.

Nível de cobertura das responsabilidades passadas

O nível de cobertura das responsabilidades passadas identificadas no ponto anterior era de 109%.

Política de Voto

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2º da Norma Regulamentar n.º 7/2007, de 17 de Maio, a Santander Pensões elabora o Relatório reportado ao exercício dos direitos de voto referente ao ano 2022, declarando para o efeito:

- a) os Fundos de Pensões seus representados não exerceram em concreto o direito de voto em assembleias de sociedade emittentes de ações, uma vez que não dispunham nas suas carteiras, neste período, deste tipo de instrumentos financeiros;

- b) por outro lado, os Fundos de Pensões, enquanto titulares de unidades de participação de outros organismos de investimento coletivo (OII/Fundos de Investimento Imobiliário) e de fundos de capital de risco, fizeram representar-se em Assembleias de Participantes ocorridas em 2022, exercendo o seu voto sem qualquer desvio ou desfasamento da Política de exercício de direitos de voto em vigor na Sociedade, cujo teor pode ser consultado em: https://www.santander.pt/pdfs/investor-relations/santander-pensoes/politicas/santander-pensoes-politica-direito-voto/Politica_de_Voto_SP.pdf

Factos Relevantes

1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções impostas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer de 2022, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 425 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu eliminou a sua política de juro negativo com uma subida de 250 pontos base.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se no pior ano de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. No decorrer de 2022 o pico de inflação nos EUA e Europa parecem ter sido alcançados, no entanto, a resiliência dos mercados laborais continua a traduzir-se numa retórica restritiva por parte dos Bancos Centrais, receosos de uma segunda vaga de subida de preços, o que deverá manter a aversão ao risco na primeira metade de 2023.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.


Luis Carlos de Faria

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2023




II - DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

A handwritten signature in blue ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke, is located in the bottom right corner of the page.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Notas	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2022-12-31	2021-12-31
	ACTIVO		
	Investimentos		
6	Terrenos e edifícios	20 930 872.00	20 847 683.00
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	541 439 595.34	545 126 877.95
5	Títulos de dívida Pública	287 031 698.31	337 617 692.01
5	Outros títulos de dívida	109 105 835.62	183 598 036.97
	Empréstimos concedidos	-	-
	Numerário, depósitos em inst. crédito e apl. MMI	15 535 742.75	37 366 613.19
5	Outras aplicações	9 167 968.42	21 656 458.63
	Outros activos	-	-
	Devedores	-	-
	Entidade gestora	-	-
8	Estado e outros entes públicos	16 309 288.11	16 433 374.96
	Depositários	-	-
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
9	Outras entidades	7 148 921.59	219 388.13
10	Acréscimos e diferimentos	2 710 843.85	2 250 572.22
	TOTAL ACTIVOS	1 009 380 766.00	1 165 116 697.06
	PASSIVO		
	Credores	-	-
	Entidade gestora	614 163.54	674 555.38
	Estado e outros entes públicos	27 055.16	36 305.59
	Depositários	-	-
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
	Outras entidades	18 434.84	53 994.56
11	Acréscimos e diferimentos	167 970.75	149 925.26
	TOTAL PASSIVO	827 624.30	914 780.79
VALOR DO FUNDO		1 008 553 141.71	1 164 201 916.27
VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO		8.2337	8.9889

**III - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER
TOTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive letter 'S' followed by a flourish.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2022-12-31	2021-12-31
13	Contribuições	6 676 506.43	24 083 771.34
14	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	66 352 040.70	60 193 369.07
12	Ganhos líquidos dos investimentos	- 104 650 720.64	39 572 767.46
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	12 130 228.46	21 289 151.96
	Outros rendimentos e ganhos	182 548.77	504 129.00
15	Outras despesas	3 635 296.88	4 100 154.83
	Resultado líquido	-155 648 774.56	21 156 295.86

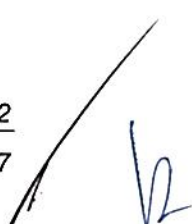
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2022	2021
	Fluxos de caixa das actividade operacionais		
	Contribuições		
	Contribuições dos associados	4 407 267	21 595 000
	Contribuições dos participantes/beneficiários	2 269 239	2 488 771
	Transferências		
	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
	Pensões pagas	(58 179 052)	(52 384 766)
	Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		
	Capitais vencidos (Remições/Vencimentos)		
	Transferências		
	Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios de morte	(8 172 988)	(7 808 604)
	Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte	(1 178 619)	(1 335 936)
	Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo	173 306	505 962
	Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo		
	Reembolsos fora das situações legalmente previstas		
	Devolução por excesso de financiamento		
	Remunerações		
	Remunerações de gestão	(2 051 180)	(2 131 042)
	Remunerações de depósito e guarda de títulos	(68 766)	(96 780)
	Outros rendimentos e ganhos	5 800	
	Outras despesas	(384 257)	(422 430)
	Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais	(63 179 250)	(39 589 824)
	Fluxos de caixa das actividade de investimento		
	Recebimentos		
	Alienação/reembolso dos investimentos	577 347 631	449 551 778
	Rendimentos dos investimentos	12 197 081	23 148 176
	Pagamentos		
	Aquisição de investimentos	(548 085 167)	(449 333 145)
	Comissões de transacção e mediação	(77 530)	(76 744)
	Outros gastos com investimentos	(157 529)	(220 598)
	Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento	41 224 486	23 069 467
	Variações de caixa e seus equivalentes	(21 954 764)	(16 520 357)
	Efeitos de alterações de taxa de câmbio	123 894	287 810
	Caixa no início do período de reporte	37 366 613	53 599 160
	Caixa no fim do período de reporte	15 535 743	37 366 613

V - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022



V – NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1 – Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Coletivas e Entidade(s) Gestora(s)

O Fundo de Pensões Banco Santander Totta, adiante designado por Fundo, foi constituído em 30 de dezembro de 1988 e tem como Sociedade Gestora o Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

O Plano de Pensões de Benefício Definido dos colaboradores do Banco Santander Totta, segue o estipulado no Acordo Coletivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). O plano de Pensões do Banco Santander Totta não é um plano contributivo, uma vez que as contribuições efetuadas decorrem do estabelecido no ACT.

As principais regras que regem o Fundo são as seguintes:

- Elegibilidade: Todos os funcionários que pertençam ao quadro de pessoal efectivo;
- Coberturas: Pensões de invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, Subsídio de morte, SAMS e prémio de final de carreira;
- Tempo de serviço pensionável: Número de anos completos de serviço na banca;
- Salário pensionável: Última retribuição mensal que inclui o vencimento base e diuturnidades;
- Pensão de invalidez e invalidez presumível: Calculada pela aplicação da percentagem definida no Anexo IV do ACT ao salário pensionável (exceto diuturnidades). A este montante é adicionada a importância correspondente às diuturnidades. A esta pensão aplicam-se as deduções das pensões a pagar pelo Regime Geral de Segurança Social, conforme aplicável;
- Pensão de sobrevivência: Em caso de morte do participante enquanto ativo, a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades); em caso de morte de um reformado, a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades) a que o reformado teria direito se estivesse no ativo, na data da morte. Para os pensionistas oriundos de colaboradores ou reformados do ex-BTA, ao benefício do ACT é descontada a pensão de sobrevivência atribuída pelo Regime Geral de Segurança Social proporcional ao tempo de serviço no Banco enquanto colaborador.
- O plano de pensões prevê a existência de direitos adquiridos de acordo com a cláusula 98 do ACT;

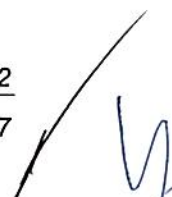
- A atualização das pensões é automática de acordo com o disposto nas cláusulas 95 e 102 do ACT. O associado assume o pagamento de qualquer contribuição extraordinária para fazer face à referida atualização de pensões;
- SAMS – O associado efetua a contribuição por beneficiário de acordo com a sua situação e em função do estabelecido no Anexo VI do ACT, para o SAMS, entidade autónoma gerida pelo Sindicato;
- Subsídio por morte – Em caso de morte de um Participante ou de um Beneficiário (de invalidez ou invalidez presumível) haverá lugar ao pagamento de um subsídio de morte de acordo com o definido na cláusula 102 do ACT. Para a população Segurança Social o valor deste subsídio é determinado pela diferença positiva do salário ou pensão recebida no momento da morte e o valor assegurado pelo CNP (de três vezes o IAS).
- Prémio de final de carreira - À data da passagem à situação de reforma (invalidez ou invalidez presumível) ou em caso de morte no ativo, o trabalhador terá direito a um prémio no valor de 1,5 vezes a retribuição mensal efetiva auferida naquela data, conforme estabelecido na cláusula 74 do ACT.

2 – Alterações ocorridas ao plano

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de Janeiro, os trabalhadores bancários que se encontravam no ativo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de março de 2009, passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

No final de 2011, o Banco acordou com o Governo a transferência para o Estado de responsabilidades associadas a pensões em pagamento, conforme estabelecido no Decreto-Lei 127/2011, de 31 de dezembro. De acordo com a referida legislação, apenas foram transferidas para o Estado as responsabilidades com pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo, constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no sector bancário (o que decorre da aplicação do ACT do Sector Bancário).

O Banco, através do seu Fundo de Pensões, mantém a responsabilidade por possíveis atualizações futuras do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões e reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social. Também o pagamento de pensões de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador, mantém-se como responsabilidade do Fundo, assim como a pensão de sobrevivência devida a familiar do atual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de janeiro de 2012.



As alterações ocorridas no fundo do BST em 2016 são as que decorrem do acompanhamento das alterações do Acordo Coletivo de Trabalho do sector bancário publicado no BTE nº 29, de 8 de agosto de 2016.

Não se verificaram alterações ao Plano de Pensões durante o ano de 2022.

3 – Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras

A contabilização dos valores do Fundo de Pensões observa o disposto na Norma Regulamentar n.º12/95 – R de 6 de julho de 1995 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com as alterações introduzidas pelas Normas Regulamentares 12/2002 – R de 7 de maio de 2002, 8/2002 – R de 7 de maio de 2002, 10/2002 – R de 7 de maio de 2002 e 7/2007 – R de 17 de maio de 2007, as quais preveem os princípios contabilísticos, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Os valores contabilizados em Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo correspondem às operações verificadas no período que decorre entre duas datas aniversárias consecutivas, que correspondem a 31 de dezembro de cada ano;
- Os saldos das contas de Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo são transferidos para a conta Valor do Fundo na data aniversária;
- As contribuições a contabilizar na respetiva conta de Acréscimos ao valor do Fundo devem ser as efetivamente recebidas;
- Os juros de títulos de rendimento fixo adquiridos, mas não recebidos, são especializados a cada fecho de carteira;
- Não são contabilizados como rendimentos os juros cujo recebimento seja considerado duvidoso, assim como quaisquer juros já vencidos cujo pagamento se encontre suspenso;
- A contabilização dos ganhos e perdas resultantes da alienação ou reembolso ou da avaliação das aplicações é efetuada pela diferença entre o produto da venda do investimento ou da sua cotação, e o valor pelo qual se encontra contabilizado. Estas operações são registadas nas rubricas Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo;
- Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério Custo médio ponderado.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.

A avaliação dos ativos que compõem o património do Fundo respeita o previsto na Norma Regulamentar n.º 9/2007 – R de 28 de junho de 2007, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (a) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (b) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentar. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;

- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (a) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas, (b) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado e (c) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do desconto dos fluxos financeiros subjacentes;

- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação será procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.

Terrenos e Edifícios

O justo valor de cada terreno ou edifício é obtido através de uma avaliação separada efetuada por um perito independente. A avaliação dos terrenos ou edifícios é efetuada: a) anteriormente à entrada do respetivo terreno ou edifício para o património do fundo de pensões; c) pelo menos uma vez em cada três anos, para os terrenos ou edifícios pertencentes ao património dos fundos de pensões fechados.

Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros são valorizadas periodicamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas “Ganhos ou Perdas em operações financeiras”.

A margem inicial é registada na rubrica “Outras contas de devedores”. Os ajustamentos de cotações são registados diariamente em contas de acréscimos e diferimentos do ativo ou do passivo e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

Operações em moeda estrangeira

Os ativos em moeda estrangeira são convertidos em Euros com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço, sendo os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial registados como proveitos e custos do exercício, respetivamente.

4 – Regime Fiscal

Em sede de IRC

Os rendimentos de Fundos de Pensões são isentos de IRC e imposto municipal sobre transações, conforme definido pelo Art.º16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nas situações em que ocorre retenção na fonte de IRC, as entidades isentas devem:

- Tratando-se de operações de compra e venda de obrigações, devem ser registadas individualmente, operação a operação, numa conta corrente com o Estado, em que se releve a débito o imposto retido na fonte por terceiros sobre os juros decorridos das obrigações adquiridas e a crédito o imposto retido pela entidade isenta sobre os juros decorridos das obrigações alienadas. O saldo desta conta será regularizado trimestralmente mediante a sua entrega ao Estado, quando credor, ou compensado, quando devedor, nas entregas do imposto retido a efetuar pela entidade isenta nos períodos subsequentes;
- Tratando-se de IRC relativo a Unidades de Participação em Fundos de Investimento Mobiliário, a entidade isenta deve registar em rubrica própria, a débito, o valor do imposto correspondente ao número de Unidades de Participação detidas, por contrapartida da rubrica Receitas de avaliação e alienação de aplicações. O saldo a débito será regularizado aquando do pagamento dos rendimentos respeitantes a estas Unidades de Participação.

Em sede de IVA

- Rendimentos Prediais – Isenção dos termos n.º29 do artigo 9.º do CIVA (possibilidade de renúncia à isenção de IVA).
- Juros e outras operações financeiras – isenção nos termos n.º27 do artigo 9.º do CIVA.
- Dividendos – Não tributados.

Em sede de IMT

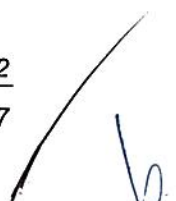
- Estão isentas de IMT as aquisições de imóveis dos Fundos de Pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional (artigo 16.º, nº 2 do EBF).

Em sede de IMI

- Os prédios integrados em Fundos de Pensões constituídos de acordo com a legislação nacional não beneficiam de qualquer isenção ou redução em relação às taxas de Imposto Municipal de Imóveis (IMI), na sequência da revogação do artigo 49º do EBF efetuada pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (OE 2016).

Em sede de Imposto de Selo

- As comissões de gestão e de depósito pagas pelos Fundos de Pensões passaram a estar sujeitas a imposto de selo (Verba 17.3.4 da TGIS) à taxa de 4%, na sequência da entrada em vigor da Lei nº 7-A/2016, de 30 de Março (OE 2016).



5 – Inventário de Investimentos

A carteira do Fundo apresenta em 31 de dezembro de 2022 um total de 946 745 098 euros, os quais não incorporavam o valor de juros decorridos referentes a títulos de dívida e papel comercial no valor de 2 358 994 euros.

A carteira de investimentos em ativos decompunha-se da seguinte forma:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
Instrumentos de capital e Unid. participação					
Acções					
BlackStone CapH II	9 742 992		(684 760)	9 058 232	
	9 742 992	-	(684 760)	9 058 232	-
Fundos Investimento Mobiliário					
Multicrédito CI C	14 654 581		(670 039)	13 984 542	
Sant.Ac Europa CL C	29 186 329		(3 267 161)	25 919 167	
Fundo Bem Comum, FCR	323 812	13 377		337 190	
Explorer - II	460 532	177 534		638 067	
Explorer - III CL B	1 833 345		(1 126 213)	707 131	
BlackstoGSO Eur 2015	14 294 383		(1 015 341)	13 279 042	
SANTANDER EUR BOND	13 234 662		(1 890 952)	11 343 710	
JAN HND HRZN EURO CO	34 282 224		(5 298 944)	28 983 280	
SANTANDER COV BONDIE	7 203 786		(416 721)	6 787 066	
SANTANDER REND CART	18 720 387		(60 385)	18 660 002	
DWS FLOAT RATE NOTES	18 811 445		(82 861)	18 728 584	
THREADNEEDLE-PAN E S	11 864 720		(3 953 120)	7 911 600	
ETF IUSE LN	13 262 927		(1 791 327)	11 471 600	
ISHARES SP500 AMST	14 636 184		(2 083 486)	12 552 698	
ISHARES ETF.EUR.DIS	32 868 750		(3 817 500)	29 051 250	
Ishares Euro Corpora	42 574 536		(6 308 616)	36 265 920	
INVESC SP 500 AC EUR	19 988 750		(2 896 750)	17 092 000	
Xtrackers ES50 ETF	26 692 000		(2 356 000)	24 336 000	
Lyxor ETF SP 500	23 706 650		(3 707 000)	19 999 650	
LYXOR EURMTS INV GRA	33 771 675		(2 529 675)	31 242 000	
AMUNDI SP 500 UCITS	14 162 576		(1 911 987)	12 250 589	
LYXOR BARCL FLT EUR	23 174 268		(41 063)	23 133 205	
PVCI	1 106 186		(54 856)	1 051 330	
Altamar PE VIII FCR	8 630 415	1 558 747		10 189 162	
Altamar PE X FCR	7 179 209	1 124 718		8 303 927	
TII C	35 350		(14 946)	20 404	
GSO ESDF II	5 832 967	60 935		5 893 902	
ICG SDP 4A - EUR	5 340 421		(38 971)	5 301 450	
Sant Private Debt I	10 940 990	96 041		11 037 031	
Unigestion World Eur	2 345 785	1 607 566		3 953 351	
Unigestion Europe	1 779 411	186 838		1 966 249	
Partners Global In15	8 679 530		(460 531)	8 218 999	
Partners Group Inv18	2 666 932	238 832		2 905 764	
LA VICTORIA GROWTH F	3 776 298		(431 863)	3 344 436	
EQT INFRASTRUCTURE V	7 618 781	1 158 158		8 776 939	
GINKGO III	1 993 000		(133 930)	1 859 070	
Obr Curto Prazo CL C	5 913 968		(296)	5 913 672	
	483 547 763	6 222 747	(46 360 531)	443 409 978	-
Fundos de Investimentos Imobiliário					
Fundo Lusimovest	48 275 250	1 215 604		49 490 854	
Novimovest Up Bruta	38 701 325	604 361		39 305 686	
PREFF Real Estate C	188 817		(13 972)	174 845	
	87 165 392	1 819 965	(13 972)	88 971 385	-
Total Instrumentos de capital e Unid. Participação	580 456 147	8 042 712	(47 059 263)	541 439 595	-

Fundo de Pensões Banco Santander Totta

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais vallas	Menos Vallas	Valor da carteira	Juros corridos
Títulos da Dívida					
AZORES0.603 21/07/26	1 526 160		(165 300)	1 360 860	4 064
AZORES 2.163 06/4/32	4 000 000		(590 560)	3 409 440	64 001
PGB 1.15 11/04/42	1 987 440		(697 220)	1 290 220	21 866
AZORES 1.448 14/4/27	2 116 700		(275 140)	1 841 560	20 788
PGB 0.7 10/15/27	6 409 170		(864 944)	5 544 225	9 195
PGB 1.65 16/07/32	3 684 608		(516 224)	3 168 384	43 989
PGB 0.3 10/17/31	4 094 940		(878 494)	3 216 446	2 605
PGB 2.25 18/4/34	4 735 400		(1 197 320)	3 538 080	63 616
AZORE 1.095 27/09/36	1 365 910		(410 676)	955 234	4 032
GALP 1.375 19/9/23	7 654 050		(271 500)	7 382 550	29 384
SAUDCR 0.491 1/10/27	4 332 594		(575 340)	3 757 254	5 322
SPGB 0 31/01/27	1 538 212		(178 452)	1 359 759	-
SPGB 0.7 30/04/32	1 219 349		(213 799)	1 005 550	6 048
SPGB 0 31/05/25	6 295 760		(256 285)	6 039 475	-
SPGB 1.9% 31/10/52	1 399 076		(484 974)	914 102	4 518
SPGB 2.55% 31/10/32	2 598 584		(202 800)	2 395 784	11 258
SPGB 3.45% 30/07/43	1 191 492		(64 356)	1 127 136	10 889
SPGB 0.8 30/07/29	8 044 524		(793 754)	7 250 770	28 754
SPGB 0% 31/01/28	3 307 401		(386 732)	2 920 669	-
SPGB 0.85 30/07/37	5 306 995		(1 309 773)	3 997 222	21 506
SPGB 0.8 30/07/27	4 334 219		(574 940)	3 759 279	14 129
SPGB 0.5 31/10/31	2 156 143		(452 053)	1 704 090	1 849
SPGB 0.1 30/04/31	4 028 784		(723 799)	3 304 985	2 897
SPGB 1.2 31/10/40	2 087 696		(709 301)	1 378 395	4 240
SPGB 2,7 31/10/2048	2 660 830		(753 025)	1 907 805	10 553
SPGB 1.85 30/07/35	12 166 209		(2 433 510)	9 732 699	93 245
SPGB 0.5% 30/04/30	4 022 922		(659 723)	3 363 199	13 739
SPGB 0 31/01/26	1 896 760		(173 960)	1 722 800	-
SPGB 0 31/01/25	5 218 945		(349 758)	4 869 187	-
RAGB 0.9% 20/02/32	5 126 501		(97 844)	5 028 657	41 664
SPGB 3,8% 30/4/24	22 408 274		(743 930)	21 664 344	547 665
SPGB 2,9 31/10/2046	11 827 688		(4 131 043)	7 696 645	43 359
CANAR 0.714 31/10/31	1 785 888		(391 410)	1 394 478	2 183
BASQUE 0.85 30/04/30	1 682 419		(330 059)	1 352 360	9 318
ESM 0 16/12/24	2 999 983		(201 909)	2 798 074	-
KFW 0.01 31/03/25	3 169 603		(25 326)	3 144 277	253
EU 0 22/04/31	486 291		(103 370)	382 920	-
EU 1,250% 04/02/43	159 987		(43 944)	116 042	1 479
EU 0 04/07/29	1 747 121		(305 930)	1 441 191	-
SPGB 1 30/07/42	9 595 284		(3 463 049)	6 132 235	42 071
DBR 0 15/05/36	2 381 133		(513 793)	1 867 340	-
DBR 1% 15/05/38	2 245 230		(440 393)	1 804 838	15 226
DBR 1.7 15/08/32	6 546 996		(82 110)	6 464 886	56 882
OBL 0 10/04/26	6 175 790		(461 887)	5 713 903	-
JUNGAL 0 12/12/23	2 415 648		(78 480)	2 337 168	-
JUNGAL 0.268 30/7/28	1 720 552		(264 531)	1 456 021	1 962
FRTR 2% 25/11/32	5 003 640		(57 132)	4 946 508	10 948
SGLT 0 11/08/23	13 334 286		(2 367)	13 331 919	-
SGLT 0 08/09/23	5 599 379	472		5 599 851	-
BTPS 3.35 01/03/35	5 598 208		(984 914)	4 613 294	59 122
BTPS 1.65 01/12/30	9 903 935		(2 107 513)	7 796 422	13 236
BTPS 0,50 01/02/26	1 505 549		(144 051)	1 361 497	3 106
BTPS 0.25 15/03/28	8 346 565		(1 081 863)	7 264 702	6 536
BTPS 0.6% 01/08/31	2 199 212		(494 132)	1 705 080	5 762
BTPS 0.95 01/12/31	511 555		(118 141)	393 414	424
BTPS 0 29/11/23	3 681 704		(90 872)	3 590 832	-
BTPS 1.1% 01/04/27	9 353 501		(893 474)	8 460 026	26 074
BTPS 1.2 15/08/25	4 276 974		(42 232)	4 234 742	20 510
BTPS 2.8% 06/15/29	5 213 356		(448 881)	4 764 475	6 725
BTPS 1,75% 30/05/24	15 922 563		(79 277)	15 843 286	25 028
BTPS 4% 30/04/35	9 290 798		(578 452)	8 712 346	64 398
	293 596 484	472	(35 966 022)	257 630 935	1 496 419

Fundo de Pensões Banco Santander Totta

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
FRFT 4,5% 25/4/41	4 681 474		(774 242)	3 907 232	103 357
FRTR 1.25 25/05/36	3 506 622		(973 252)	2 533 371	24 355
FRTR 0.75 25/02/28	4 941 654		(451 885)	4 489 769	31 722
FRTR 0 25/11/31	2 326 800		(469 848)	1 856 952	-
SPGB 5.15% 31/10/28	1 652 397		(284 955)	1 367 442	10 821
EIB 0.01 15/11/35	783 164		(230 305)	552 858	11
ICO 0.75 31/10/23	2 045 460		(80 840)	1 964 620	2 548
ICO 0 30/04/26	1 959 224		(196 560)	1 762 664	-
FADE 0.5 17/06/23	3 346 563		(75 372)	3 271 191	8 951
FADE 0.01 17/09/25	2 117 262		(176 673)	1 940 589	61
ICO 2.65 31/01/28	3 596 904		(92 844)	3 504 060	24 830
MADRI 4.125% 21/5/24	2 765 025		(233 975)	2 531 050	63 570
FREGR 0 31/01/24	9 950 000		(350 000)	9 600 000	-
RAGSTF 0 02/10/24	3 586 450		(327 250)	3 259 200	-
FADE 0.05 17/09/24	3 032 910		(179 160)	2 853 750	436
REN 2.5% 12/2/25	2 146 620		(207 120)	1 939 500	44 247
ULFP 2.125 PERP	2 474 575		(337 075)	2 137 500	9 897
UBIFP 0 24/09/24	6 000 925		(475 463)	5 525 462	-
MMBFP 2.125 16/10/26	1 751 000		(148 495)	1 602 505	7 621
QDTFP 2.25% 03/02/25	1 020 790		(110 790)	910 000	20 466
WLNFP 0% 30/07/25	4 463 442		(299 022)	4 164 420	-
ILDFF 0.75 11/02/24	3 965 000		(135 000)	3 830 000	26 630
RINFP 1.375 26/03/28	999 350		(258 910)	740 440	10 586
RABOBK 3.25% PERP	4 510 000		(775 500)	3 734 500	1 175
FCCSER0.815 04/12/23	5 538 703		(227 990)	5 310 714	3 420
CEPSA 0.75% 12/02/28	2 627 613		(459 945)	2 167 668	17 920
FADE 0,5 17/3/23	3 137 541		(47 368)	3 090 173	12 315
ADIFAL 1,25 04/05/26	2 950 024		(330 176)	2 619 848	23 205
BATSLN .875 13/10/23	3 077 200		(97 917)	2 979 284	5 828
BERTEL 3 23/04/75	2 559 375		(75 000)	2 484 375	51 986
BALDER Float 14/6/23	4 203 528		(150 528)	4 053 000	5 569
FADE 0.85 17/12/23	2 972 036		(124 178)	2 847 858	1 013
RENEPL 01/06/23	10 242 300		(314 200)	9 928 100	102 603
Citi 0.5 4/8/23	5 599 500		(706 000)	4 893 500	10 208
IDRSM 1.25 07/10/23	3 328 710		(89 760)	3 238 950	9 746
FERSM 2.124 PERP	990 000		(230 000)	760 000	13 500
SOCGEN 0.5 13/1/23	4 029 400		(34 400)	3 995 000	19 342
AKFAST 3.875 5/10/78	2 091 255		(165 495)	1 925 760	18 741
ISPIM 2.125 30/08/23	3 317 457		(36 300)	3 281 157	23 823
CABKSM 1.75 24/10/23	9 116 004		(320 045)	8 795 959	29 443
CABKSM 2.375 1/02/24	5 443 672		(293 332)	5 150 340	113 011
ASML 3.375% 19/9/23	1 061 720		(55 880)	1 005 840	9 616
	149 909 649	-	(11 403 050)	138 506 599	862 575
Total de Títulos de Dívida	443 506 133	472	(47 369 071)	396 137 534	2 358 994
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
Outras Aplicações					
Produtos Estruturados					
Xenon Capital 12/44	13 724 000		(5 556 000)	8 168 000	-
	13 724 000	-	(5 556 000)	8 168 000	-
Hedge Funds					
Carteira Alternativa	998 044	1 925		999 968	-
	998 044	1 925	-	999 968	-
Total outras aplicações	14 722 044	1 925	(5 556 000)	9 167 968	-
TOTAL CARTEIRA DE TÍTULOS	1 038 684 324	7 360 349	(99 299 575)	946 745 098	2 358 994

O valor apresentado correspondente às mais e menos valias potenciais dos títulos em carteira e respeitam à diferença entre o valor de cotação a 31 de dezembro de 2022 e:

- o valor pelo qual se encontrava contabilizado à data de 31 de dezembro de 2021 (valor de cotação do ano anterior), no caso de títulos já detidos no ano anterior ou;
- o respetivo valor de aquisição, no caso de títulos adquiridos durante o período de 2022.

6 – Imóveis

O Fundo detém, na sua carteira de investimentos, imóveis avaliados em 20 930 872 euros.

Durante o exercício de 2022, foi registada uma mais valia decorrente do registo do valor de mercado dos imóveis tendo em consideração as avaliações realizadas durante o exercício de 2022 no valor global de cerca de 89 189 euros (197 084 euros referentes a mais valias e 107 895 euros referentes a menos valias), conforme se discrimina de seguida:

Mais valias geradas

Imóvel	Valor 31.12.2022	Valor 31.12.2021	Mais valia avaliação
Loja em Aveiro	172 000	166 000	6 000
Loja 4 Portimão Fr D	74 000	61 600	12 400
Castelo da Maia	339 592	335 808	3 784
Loja Pombal Frac B	182 200	169 000	13 200
Loja Costa de Cap.	222 700	210 000	12 700
CTT-R.Alportel/R.Sol	4 041 000	3 892 000	149 000
TOTAL	5 031 492	4 834 408	197 084

Menos valias geradas

Imóvel	Valor 31.12.2022	Valor 31.12.2021	Menos valia avaliação
Edif. Olhão	139 400	141 100	(1 700)
B. Amarante Frac A	137 300	162 000	(24 700)
B. Amarante Frac B	115 700	136 000	(20 300)
Loja 5 Portimão Fr E	190 000	244 100	(54 100)
Paredes Fração A	141 988	147 865	(5 877)
Paredes Fração B	64 751	65 495	(744)
Loja Sacavem	152 600	153 074	(474)
TOTAL	941 739	1 049 634	(107 895)

No exercício de 2022 o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta alienou um imóvel abaixo identificado.

Imóvel	Valor da alienação	Valor em Balanço	Valia alienação
Edifício Sagres FC15	6 000	6 000	-
TOTAL	6 000	6 000	-

A tabela abaixo sintetiza, por imóvel, os métodos utilizados na avaliação dos mesmos, bem como o ano da última avaliação realizada.

Imóvel	Valor 31.12.2022	Valor 31.12.2021	Ano	Método de Avaliação
Paredes Fracção A	141 988	147 865	2022	Modelo do Rendimento
Paredes Fracção B	64 751	65 495	2022	Modelo do Rendimento
Edif. Olhão	139 400	141 100	2022	Modelo do Rendimento
Loja em Aveiro	172 000	166 000	2022	Método Comparativo e Modelo do Rendimento (média)
B. Amaranite Frac A	137 300	162 000	2022	Modelo do Rendimento
B. Amaranite Frac B	115 700	136 000	2022	Modelo do Rendimento
Loja Pombal Frac B	182 200	169 000	2022	Modelo do Rendimento
Loja 4 Portimão Fr D	74 000	61 600	2022	Modelo do Rendimento
Loja 5 Portimão Fr E	190 000	244 100	2022	Modelo do Rendimento
Castelo da Maia	339 592	335 808	2022	Modelo do Rendimento
CTT-R. Alportel/R. Sol	4 041 000	3 892 000	2022	Modelo do Rendimento
Loja Sacavem	152 600	153 074	2022	Modelo do Rendimento
Loja Costa de Cap.	222 700	210 000	2022	Modelo do Rendimento
Vale do Crevo -Lagoa	305 000	305 000	2020	Método do Valor Residual Estático
Centro Totta B FrcB	500 000	500 000	2020	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FrcC	451 000	451 000	2020	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FrcD	640 000	640 000	2020	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FrcF	640 000	640 000	2020	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FrcG	451 000	451 000	2020	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FrcP	2 594 000	2 594 000	2020	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FrcQ	2 606 000	2 606 000	2020	Modelo do Rendimento
Centro Totta A FrcR	325 000	325 000	2020	Modelo do Rendimento
Centro Totta A FrcT	321 000	321 000	2020	Modelo do Rendimento
Centro Totta A FrcV	2 562 000	2 562 000	2020	Modelo do Rendimento
Loja Vialonga	141 350	141 350	2020	Método Comparativo
Pampilhosa Serra-B	58 324	58 324	2021	Modelo do Rendimento
Pampilhosa Serra-C	56 276	56 276	2021	Modelo do Rendimento
Edifício Mangualde	111 574	111 574	2021	Modelo do Rendimento
Edif. Esmoriz	165 903	165 903	2021	Modelo do Rendimento
Vale de Cambra	199 614	199 614	2021	Modelo do Rendimento
Vila N. Gaia Frac. B	208 000	208 000	2021	Modelo do Rendimento
Terreno Troia	992 000	992 000	2021	Método Rendimento (valor Residual)
Loja Dia Barreiro	289 400	289 400	2021	Modelo do Rendimento
Loja Dia Feijó	378 000	378 000	2021	Modelo do Rendimento
Loja Dia Olival Bast	228 000	228 000	2021	Modelo do Rendimento
Escritórios Funchal	734 200	734 200	2021	Modelo do Rendimento
Edifício Sagres FC15	-	6 000	2021	Modelo do Rendimento
	20 930 872	20 847 683		

Os imóveis detidos pelo Fundo geraram Rendimentos sob forma de rendas no valor total de 1 185 348 euros (1 193 844 euros em 2021), tendo sido diferidas as rendas referentes ao mês de janeiro de 2023, no valor de 99 435 euros, recebidas pelo Fundo em dezembro de 2022 e que se encontram registadas na rúbrica Acréscimos e Diferimentos – Passivo (Vide Nota 11).

7 – Riscos associados à carteira de investimentos

- Risco de Rendimento

- O Fundo não apresenta garantia de rendibilidade;

- O Fundo está sujeito ao risco associado aos ativos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o Fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.

- Risco de Crédito

- Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.

- Risco de Taxa de Juro

- Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida nas taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e conseqüentemente do Fundo.

- Risco Financeiro

- Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos ativos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juros de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.

- Risco Liquidez

- Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os ativos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.

- Risco Fiscal

- Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos ativos do Fundo.

- Risco de conflitos de interesse

- O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

Objetivos, Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco, Métodos de Mensuração de Risco

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da atividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspetiva global como dentro de cada área de atividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e de Performance, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes;

- Risco de Liquidez – É analisada a posição dos ativos dos fundos distribuídos por classe de ativos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os ativos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.
- Performance & Benchmarking – É analisada a rentabilidade do Fundo e respetiva comparação com a concorrência.
- Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas corretivas, assim como a concentração do património por tipo de ativos.
- Risco de Mercado - É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados no fundo vigiando para que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da *modified duration* do fundo.
- Risco Operacional – Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.
- Risco Regulamentar - São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

Análise de sensibilidade

Com base na carteira a 31 de dezembro de 2022 fomos calcular o impacto, medido em pontos base (pb), no valor do Fundo.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Ano	Cenário CRISE RUSSA (impacto%)	Cenário CRISE ATENTADOS WTC (impacto%)	Cenário CREDIT CRUNCH (impacto%)	Cenário MOVIMENTO UP PARALELO DE 200 bps (impacto%)	Cenário de MOVIMENTO INCREMENTAL ASSIMÉTRICO DA CURVA (impacto%)
2022	-1,13%	-4,03%	-9,16%	-4,90%	-4,15%

Ano	Cenário CRISE RUSSA (impacto%)	Cenário CRISE ATENTADOS WTC (impacto%)	Cenário CREDIT CRUNCH (impacto%)	Cenário MOVIMENTO UP PARALELO DE 200 bps (impacto%)	Cenário de MOVIMENTO INCREMENTAL ASSIMÉTRICO DA CURVA (impacto%)
2021	-1,17%	-4,39%	-13,21%	-7,67%	-5,33%

8 – Estado e outros entes públicos

- Estado e Outros entes públicos (Ativo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Fundo de Pensões Banco Santander Totta

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Imposto retido implícito cotação de FIM's e FII's	15 657 456	15 657 456
Imposto retido resgates Up's Fundo Carteira Alternativa	340 692	340 692
Imposto dividendos ações estrangeiras	310 891	435 087
Imp. + Valias	140	140
IMI	109	-
TOTAL	16 309 288	16 433 375

A partir do exercício de 2015, o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta passou a registar no seu ativo o imposto retido implícito nas cotações dos Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliário, considerando que: (i) os Fundos de Pensões se encontram isentos de imposto ao abrigo do Artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e (ii) que na valorização da carteira de títulos é utilizado o valor de cotação líquido destes ativos.

O valor do imposto retido ascende a 31 de dezembro de 2022 a 15 657 456 euros refletido na na rubrica de Investimentos – Instrumentos de capital e unidades de participação).

- Estado e Outros entes públicos (Passivo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Estado (Credor)	9 377	10 321
ISP	16 679	24 984
Cauções	1 000	1 000
TOTAL	27 055	36 306

9 – Outras entidades

- Outras entidades (Ativos)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Rendas a Regularizar	1 967	2 167
Rendas em Contencioso	166	3 651
Despesas com Imóveis	106	-
Pendentes de Subscrição	886 952	58 902
Futuros	1 390 858	154 668
Pendentes Compras Vendas	4 868 872	0
TOTAL	7 148 922	219 388

A rubrica Outras entidades (valores ativos), 7 148 922 euros, inclui o montante de depósitos associados às contas margem dos contratos de futuros, os quais ascendem a 1 390 858 euros, o montante de pendentes de subscrição, que ascende a 886 952 euros, e o montante de pendentes de Compras e Vendas, que ascende a 4 868 872 euros, valores em carteira a 31 de dezembro de 2022.

- Outras entidades (Passivos)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a Pagar Imóveis	1 130	7 571
Pendente Custo Auditoria	-	22 839
Pendente Custo Actuarial	-	277
Outros	6 224	15 723
Com s/Futuros	3 880	7 584
Cauções Rendas	7 200	-
TOTAL	18 435	53 995

10 – Acréscimos e Diferimentos

- Acréscimos e Diferimentos (Ativos)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Juros a receber			
Papel Comercial		-	875
T.de dív.Emis.Privados		590 096	998 571
T.Dív.Est.-Outros E.Púb.		1 768 898	1 235 911
	Nota 5	2 358 994	2 235 356
Depósitos à Ordem - Juros a receber		12 690	157
Actuário		50 345	-
Outros		288 815	15 059
TOTAL		2 710 844	2 250 572

- Acréscimos e Diferimentos (Passivos)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Rendas e Valores c/ Imóveis Diferidos		99 435	100 484
Imposto Municipal Imóveis		44 790	45 790
Auditoria		23 580	-
Provisões		166	3 651
TOTAL		167 971	149 925

No ano de 2022 as rubricas do Actuário e Auditoria passaram a ser evidenciadas em Acréscimos e Diferimentos. No ano de 2021 e anteriores tinham sido evidenciadas em Outras Entidades.

O valor de Imposto Municipal Imóveis respeita à especialização do gasto de 2022 deste imposto, a liquidar em 2022.

11 – Ganhos líquidos dos investimentos e Rendimentos líquidos dos investimentos

Os quadros seguintes sintetizam, por categoria de investimento, os Rendimentos e Gastos e os Ganhos e Perdas reconhecidos durante o ano 2022.

Rendimentos líquidos dos investimentos	Ganhos		Rendimentos	31/12/2022	31/12/2021
	Mais Valia				
	Potencial	Realizada			
Acções	-	6 509	904	7 413	7 747 292
Imóveis	197 084	-	1 185 348	1 382 432	1 415 935
Títulos de dívida	472	83 862	5 197 738	5 282 071	9 425 582
Depósitos	-	-	11 980	11 980	134
Papel Comercial	-	-	(875)	(875)	944
Produtos Estruturados	-	-	-	-	-
Derivados	-	30 474 488	-	30 474 488	4 326 387
Unidades de participação	8 042 712	269 850	5 882 138	14 194 699	72 325 566
Outros	1 925	-	-	1 925	-
TOTAL	8 242 193	30 834 708	12 277 233	51 354 133	95 241 840

Gastos e Perdas	Perdas		Gastos	31/12/2022	31/12/2021
	Menos Valia				
	Potencial	Realizada			
Acções	684 760	220 530	-	905 290	85 053
Imóveis	107 895	-	147 004	254 899	233 055
Títulos de dívida	47 369 071	13 453 735	-	60 822 807	15 009 522
Produtos Estruturados	5 556 000	-	-	5 556 000	1 476 000
Derivados	-	25 731 046	-	25 731 046	5 857 168
Unidades de participação	46 374 504	4 230 080	-	50 604 583	11 691 752
Outros	-	-	-	-	27 371
TOTAL	100 092 230	43 635 391	147 004	143 874 625	34 379 921

12 – Contribuições

Durante o ano de 2022 foram efetuadas contribuições para o Fundo no valor de 6 676 506 euros, abaixo discriminadas. As contribuições efetuadas decorrem essencialmente do que se encontra definido nos termos do ACT aplicável ao setor bancário.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Contribuições Participantes	2 269 239	2 488 771
Contribuição Extraordinária	4 407 267	21 595 000
TOTAL	6 676 506	24 083 771

13 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Foram pagos benefícios no valor de 66 352 041 euros durante o exercício, tal como discriminado na tabela abaixo:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Reformas	57 848 886	51 056 657
Prémio final de carreira	330 166	1 328 109
Subsídio de Morte	30 589	47 262
SAMS	8 142 399	7 761 342
TOTAL	66 352 041	60 193 369

14 – Outras despesas

As outras despesas, que totalizam cerca de 3 635 297 euros, apresentam a seguinte decomposição:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Outras Comissões	110 987	249 880
Prémios de seguro	1 178 619	1 335 936
Comissão Gestão Dep. Adm.	2 229 881	2 345 512
Comissões de Mediação	98 537	86 276
Outras Despesas	169	-
Impostos	17 104	82 550
TOTAL	3 635 297	4 100 155

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, cabe a este o encargo da entrega das comissões definidas no respetivo Regulamento de Gestão do Fundo. Assim, o quadro seguinte sintetiza o total das comissões pagas durante o exercício de 2022, bem como o método de cálculo definido no respetivo regulamento.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021	Método de Cálculo
Comissão de Gestão	1 981 472	2 138 785	0,045% (anual) sobre o valor médio da carteira (média aritmética das valorizações da carteira do fundo referentes ao último dia de cada mês) no final de cada trimestre.
EMIR	184	97	
Taxa ASF	3 205	11 560	
Estudo Actuarial	223 000	173 050	
Custos de Auditoria	22 020	22 020	
TOTAL	2 229 881	2 345 512	

15 – Factos relevantes**1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia**

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções impostas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos 12 meses do corrente ano, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 425 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu eliminou a sua política de juro negativo com uma subida de 250 pontos base.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se no pior ano de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações

Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

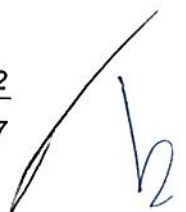
e a inexistência de ativos de refúgio. No decorrer de 2022 o pico de inflação nos EUA e Europa parecem ter sido alcançados, no entanto, a resiliência dos mercados laborais continua a traduzir-se numa retórica restritiva por parte dos Bancos Centrais, receosos de uma segunda vaga de subida de preços, o que deverá manter a aversão ao risco na primeira metade de 2023.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.



VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Pensões do Banco Santander Totta** (ou Fundo), gerido pela Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1 009 380 766 euros, um valor do Fundo de 1 008 553 142 euros e um resultado líquido negativo de 155 648 775 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Pensões do Banco Santander Totta**, em 31 de dezembro de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção, Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 94% do ativo. O valor dos títulos em carteira é determinado com base nas cotações oficiais e na avaliação efetuada pela sociedade gestora aos títulos não cotados.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para auditoria tem por base a materialidade dos ativos e o risco associado à utilização de pressupostos, estimativas e projeções na valorização de títulos não cotados e consideração sobre outros impactos.</p> <p>As divulgações relacionadas com a composição e valorização dos títulos em carteira são descritos nas notas 3 e 5 das notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados.</p>	<p>A resposta do auditor envolveu, essencialmente, a execução de testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira.</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, com base: (i) nas cotações oficiais; e (ii) na validação da metodologia e avaliação da razoabilidade da informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados.</p> <p>Acompanhamento dos impactos e respetivas divulgações da evolução do mercado de gestão de ativos.</p>
Valorização dos ativos imobiliários	
<p>Os ativos imobiliários correspondem a cerca de 2% do ativo. O seu valor é determinado por avaliações efetuadas por peritos externos, nos termos do capítulo IX da norma regulamentar da ASF nº 7/2007 e do artigo 21º da norma regulamentar da ASF nº 9/2007.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria tem por base a materialidade daqueles ativos e o risco associado à utilização de pressupostos, estimativas e projeções nas avaliações e considerações sobre a liquidez e heterogeneidade do mercado imobiliário e consideração sobre outros impactos.</p> <p>As divulgações relacionadas com a composição dos ativos imobiliários e a sua valorização estão incluídas nas notas 3 e 6 das notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados.</p>	<p>A resposta do auditor envolveu, essencialmente, a execução de testes de conformidade aos procedimentos de controlo em vigor e testes substantivos de auditoria, nomeadamente: (i) avaliação da independência, objetividade e qualificação dos avaliadores independentes; (ii) verificação do cumprimento do Regulamento de Gestão e cumprimento das normas regulamentares da ASF nº7/2007 e nº 9/2007; (iii) análise dos relatórios de avaliação e dos pressupostos utilizados; (iv) confirmação dos valores de avaliação e registo; (v) confirmação da titularidade dos imóveis; (vi) verificação das operações de venda em curso e demais vicissitudes na valorização dos imóveis, e; (vii) análise das políticas de capitalização.</p>

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Responsabilidades com pensões	
<p>O Fundo de Pensões do Banco Santander Totta tem como objetivo o financiamento e cobertura do plano de benefícios definidos de reforma dos empregados do Grupo.</p> <p>A consideração da avaliação dos direitos dos empregados e das obrigações de benefícios definidos como relevante para a auditoria tem por base, a necessidade de se definirem pressupostos com impacto relevante no cálculo (atuarial) que está na responsabilidade com pensões, a própria complexidade daqueles cálculos e a grande sensibilidade daqueles pressupostos e respetivos impactos materiais na determinação das responsabilidades estimadas com pensões.</p> <p>As divulgações relacionadas com as responsabilidades com pensões estão incluídas nas notas 1 e 2 das notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados.</p>	<p>A resposta do auditor envolve, essencialmente, a execução de: (i) testes de conformidade ao processo de avaliação das responsabilidades com pensões; (ii) análise do relatório atuarial e avaliação dos pressupostos utilizados pelo atuário responsável; e (iii) confirmação dos valores das responsabilidades determinados e verificação das eventuais necessidades de financiamento das responsabilidades passadas.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pela Entidade Gestora para o mandato compreendido entre 2016 e 2018. Em 31 de outubro de 2022, fomos reconduzidos para o atual mandato compreendido entre 2022 e 2024;
- (ii) o órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 15 de fevereiro de 2023;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços distintos da auditoria proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Fundo os seguintes permitidos por lei e pelos regulamentos em vigor: trabalhos de Auditoria para efeitos de supervisão prudencial para a emissão do Relatório de Exame Simplificado sobre os elementos de índole financeiros e estatísticos do Fundo, nos termos da Lei nº 27/2020, de 23 de julho e das normas regulamentares de acordo com as disposições previstas nas Normas Regulamentares da ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, n.º 7/2007-R, de 17 de maio e n.º 11/2020-R, de 3 de novembro.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2023



João Guilherme Melo de Oliveira
(RCC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC